

PF investiga 106 instituições no Ceará

LETÍCIA LINS

FORTALEZA

— Vice-campeão nacional no recebimento de subvenções sociais entre junho e setembro de 1992, o



Ceará está com entidades filantrópicas, associações comunitárias e até mesmo prefeituras sob suspeita. Pelo menos 106 dessas instituições vêm sendo investigadas pela Polícia Federal, por determinação do procurador da República Oscar Costa Filho. Ele acusa o ex-ministro da Ação Social Ricardo Fiúza de ter promovido "liberações em velocidade máxima", na fase pré-impeachment.

Muitas dessas entidades utilizaram exatamente o mesmo texto para solicitação de verbas, freqüentes vezes usando a mesma máquina. Um exemplo pode ser observado através de pedidos encaminhados a Brasília pela Sociedade Luiza Távora (Potengi), Sociedade Beneficente José Crispim dos Santos (Paramoti) e Fundação Miriam Mota (que funciona em Quixadá, mas cuja sede é em Fortaleza). Todos possuem a mesma redação. E, apesar da distância entre os três municípios, a numeração dos processos é muito próxima. O da sociedade de Paramoti, por exemplo, ganhou número 28000-007754-92-92, e o da Miriam Mota, 28000-007753-92-66.

— Os processos têm praticamente a mesma moldura, são aquilo que poderíamos chamar de pré-moldados — acusou o procurador.

O total de verbas aprovado naquele período para o Ceará é superior a US\$ 2 milhões, menor apenas do que o enviado na mesma época para o Rio de Janeiro. As liberações não envolvem apenas o senador Mauro Benevides (líder do PMDB no Senado) e seu filho Carlos Benevides (PMDB-CE), que foram citados pelo economista José Carlos Alves dos Santos em seu depoimento à CPI da máfia do Orçamento. Envolvem, também, os deputados Aécio Borba (PMDB), Pinheiro Landim (PSDB), Antônio dos Santos (PFL). A Polícia Federal ainda não conseguiu descobrir todos os responsáveis pelo gerenciamento das entidades junto aos deputados.

— As irregularidades são gritantes, e o pior é que as mesmas entidades que aplicaram mal os seus recursos habilitaram-se a receber novas verbas no Orçamento deste ano — acusou Oscar Costa Filho, que está providenciando pedido de ação civil pública contra a União, para sustar o repasse de verbas do orçamento destinado às subvenções sociais.

— As entidades investigadas estão sob suspeita e não têm idoneidade para receber verbas — justificou o procurador.

O governador Ciro Gomes lamentou que o dinheiro público venha sendo utilizado por "verdadeiras arapucas". Ele engrossou o coro de desconfianças e denúncias citando o caso do município sertanejo de Sobral, onde já se descobriu irregularidades na aplicação de verbas do Orçamento deste ano.

Pedro Luiz



Em Acarajú, no interior do Ceará, o Hotel municipal está com suas obras paralisadas há mais de quatro meses